



A Santa Sé

MENSAGEM DO PAPA JOÃO PAULO II AOS PARTICIPANTES NA 44ª SEMANA SOCIAL DOS CATÓLICOS ITALIANOS

*Ao Venerado Irmão Senhor Cardeal CAMILLO RUINI
Presidente da Conferência Episcopal Italiana*

1. No século XX a Comunidade eclesial realizou um notável esforço para ler a realidade social à luz do Evangelho e oferecer de maneira cada vez mais pontual e orgânica o próprio contributo à solução da questão social, que se tornou uma problemática planetária (cf. Carta apost. *Novo millennio ineunte*, 52). Expressão emblemática deste compromisso é o longo caminho das *Semanas Sociais dos Católicos Italianos*. Este itinerário, que teve início em 1907 em Pistóia, chega este ano a Bolonha, onde a 44ª "Semana" enfrentará o tema "*Democracia: novos cenários, novos poderes*".

Sinto-me feliz por dirigir a minha cordial saudação a Vossa Eminência, Senhor Cardeal, aos organizadores e aos participantes, propondo algumas reflexões, com a intenção de contribuir para manter vivas a inspiração alta da fé e a solicitude generosa e clarividente para a edificação de uma sociedade justa, solidária e pacífica.

2. O tema escolhido para esta edição constitui um desenvolvimento lógico do que foi tratado na anterior, que teve lugar em Nápoles em 1999: "*Que sociedade civil para a Itália de amanhã?*". Como tive a ocasião de fazer notar naquela circunstância, "o acolhimento dos princípios éticos que estão na base da convivência civil e, em particular, o respeito sincero do princípio de subsidiariedade constituem as condições para uma nova maturação do espírito público e da consciência civil em todos os cidadãos" (*Insegnamenti*, vol. XXII/2, 1999, pág. 874-875). Todos sabem, a este propósito, que o Concílio Vaticano II desejou que todos os cidadãos tenham "a possibilidade efectiva de participar livre e activamente tanto no estabelecimento dos fundamentos jurídicos da comunidade política, como na gestão da vida pública e na determinação dos limites do campo de acção das várias instituições e na eleição dos governantes" (*Gaudium et spes*, 75).

Já o Papa Paulo VI, de venerada memória, na Carta Apostólica *Octogesima adveniens*, fazia notar como o acesso à dimensão política seja uma exigência actual do homem. "Para contrabalançar uma tecnocracia crescente, torna-se necessário criar formas de democracia moderna, que não somente proporcione a cada homem a possibilidade de informar-se e de exprimir-se, mas também que o leve a comprometer-se numa responsabilidade comum" (n. 47).

3. Na Carta encíclica *Centesimus annus* tive a ocasião de avaliar positivamente e de defender a instauração da democracia: "A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno" (n. 46).

Contudo, à luz da doutrina social da Igreja, a democracia está estreitamente relacionada com o estado de direito e com a concepção global da pessoa. Uma democracia autêntica "exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da "subjectividade" da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade" (*ibid.*).

4. Na Itália, a democracia e a liberdade política já estão felizmente consolidadas e assimiladas pela consciência colectiva, graças sobretudo ao seu tenaz e prolongado exercício que se realizou a partir do fim da II Guerra Mundial, com a contribuição determinante dos católicos.

Mas todos conhecem os riscos e as ameaças que, para uma ordem democrática autêntica, podem derivar de certas correntes filosóficas, de visões antropológicas e concepções políticas que não estão livres de preconceitos ideológicos. Permanece, por exemplo, a tendência para considerar que o relativismo é a atitude de pensamento que melhor corresponde às formas políticas democráticas, como se a consciência da verdade e a adesão a ela constituíssem um impedimento. Na realidade, muitas vezes tem-se receio da verdade porque não a conhecemos. A verdade, da maneira como Cristo a revelou é garantia para a pessoa humana de liberdade autêntica e total.

Se a acção política não se confronta com uma instância ética superior, iluminada por sua vez por uma visão integral do homem e da sociedade, acaba por estar subjugada a fins inadequados, ou até ilícitos. A verdade, ao contrário, é o melhor antídoto contra os fanatismos ideológicos, em âmbito científico, político ou até religioso. De facto, a mensagem evangélica oferece a centralidade da pessoa como âncora supra-ideológica, à qual todos podem fazer referência. Sem este enraizamento na verdade, o homem e a sociedade permanecem expostos à violência das paixões e a condicionamentos abertos ou ocultos (cf. Carta enc. *Centesimus annus*, 46).

5. Portanto, como peritos das disciplinas sociais e como cristãos, vós estais chamados a desempenhar um papel de mediação e de diálogo entre ideais e realidades concretas. Um papel

que, por vezes, é também de "pioneiros", porque vos é pedido que indiqueis novas orientações e soluções para enfrentar de maneira mais equitativa os problemas delicados do mundo contemporâneo.

A reflexão sobre o sistema democrático não pode limitar-se hoje a considerar apenas os ordenamentos políticos e as instituições, mas deve alargar o próprio horizonte aos problemas apresentados pelo progresso da ciência e da tecnologia, aos que são levantados no sector da economia e das finanças devido à difusão da globalização, às novas regras para o governo das organizações internacionais, às questões que surgiram com o desenvolvimento crescente e rápido do mundo da comunicação, para elaborar um modelo de democracia autêntico e completo.

6. Por isso, os católicos são convidados não só a comprometerem-se a fim de tornar viva e dinâmica a sociedade civil com a promoção da família, do associacionismo, do voluntariado, entre outros opondo-se a limites indevidos e a condicionamentos sobrepostos do poder político ou económico; eles devem também reconsiderar a importância do compromisso nos papéis públicos e institucionais, naqueles ambientes em que se formam decisões colectivas significativas e no da política, entendida no sentido nobre da palavra, como hoje muitos desejam. Com efeito, não se pode esquecer que são próprios da vocação do fiel leigo o conhecimento e a concretização da doutrina social da Igreja e, por conseguinte, também a participação na vida política do País, segundo os métodos e os instrumentos do sistema democrático. Depois, alguns são chamados a prestar um serviço especial à comunidade civil, assumindo directamente papéis institucionais em âmbito político.

A Comunidade eclesial cultiva fervorosas expectativas da "Semana" de Bolonha. Por conseguinte, faço votos por que dela provenham contributos proveitosos para a querida Nação italiana e, enquanto garanto uma particular recordação na oração, envio de coração à Comissão Científica Organizadora, aos Relatores e a todos os participantes uma especial Bênção Apostólica.

Vaticano, 4 de Outubro de 2004.

PAPA JOÃO PAULO II

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana